

RELATÓRIO DE ATIVIDADES TRIMESTRAL DO TCMSP



1º TRIMESTRE 2022

CONSELHEIROS

João Antonio da Silva - **Presidente**

Eduardo Tuma - **Vice-Presidente**

Roberto Tanzi Braguim - **Corregedor**

Maurício Faria

Domingos Odone Dissei

Unidades Técnicas

Secretaria Geral (SG) – Ricardo Panato

Subsecretaria de Fiscalização e Controle (SFC) – Luciana C. C. Guerra

Subsecretaria Administrativa (SA) – Glaucio Teixeira Tavares

Núcleo de Governança e Gestão (NGG) – Marcelo Veiga

Unidade de Informações Estratégicas (UIE) – Dilson Ferreira da Cruz

Comissão de Jurisprudência – João Vieira Barros

Ouvidoria – Dirceu de Oliveira Mendes

Coordenadoria Processual – Mariana de Luna Cury

Controladoria Interna – Marcos Chust

Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) – Mário Augusto de Toledo Reis

Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) – Ana Carla Bliacheriene

Equipe de apoio (Portaria 331/2021)

Ari de Soeiro Rocha - NGG (Coordenador)

Leonardo Cesar de Castro - NGG

Cybele Prandini - SG

Rosano Pierre Maieto - Presidência

João Roberto Fernandes de Lima - SFC

Juliana D'Alessandro Simionato - SA

Marcos Ribeiro de Siqueira - Imprensa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. Ações da Presidência do TCMSP	4
2. O TCMSP	6
2.1. Competência	6
2.2. Jurisdição e Jurisdicionados	7
2.3. Estrutura	7
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	8
3.1. Referencial Estratégico	9
3.2. Mapa Estratégico	9
4. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	10
4.1. Fiscalizações em destaque	10
4.2. Principais Julgamentos e Deliberações	20
5. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS	22
6. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	24
6.1. Ouvidoria	24
6.1.1. Das Manifestações	24
6.1.2. Dos Índices de Satisfação	24
6.1.3. Dos Canais de Recebimento de Manifestações	24
6.1.4. Da Classificação das Manifestações Recebidas	25
6.1.5. Pesquisa de Satisfação	26
6.2. Câmara Municipal de São Paulo	27
6.3. Outras Entidades	29
6.4. Sociedade	30
7. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	31
7.1. Execução Orçamentária e Financeira	31
7.1.1. Receitas	31
7.1.2. Despesas	32
7.1.3. Participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município	32
7.2. Gestão Patrimonial	32
7.3. Gestão das Relações do Trabalho (GRT)	33
7.3.1. Indicadores de Capacitação – Primeiro Trimestre de 2022	33
7.3.2. Capacitação Planejada (LND/GIEP) – Comparativo Anos 2022/2021	34
7.3.3. Indicadores de Capacitação – Áreas Certificadas ISO/9001 – Ano 2022	34
7.3.4. Trilhas de Capacitação em TI	34
7.3.5. Ecos do Comportamento	34

7.3.6. Coordenação de Estágios	35
7.3.7. Atividades Diversas	36
7.4. Subsecretaria Administrativa (SA)	37
7.4.1. Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH)	37
7.4.2. Coordenadoria Administrativa	37
7.4.3. Coordenadoria de Contabilidade e Finanças	38
8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	39
8.1. Unidade Técnica de Administração de Redes e Banco de Dados	39
8.2. Unidade Técnica de Suporte ao Usuário	40
8.3. Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas	40
8.3.1. Relatórios Publicados	40
8.3.2. Capacidade de desenvolvimento de software	41
8.3.3. Principais projetos	41
8.3.3.1. Sistema de Processo Eletrônico - ETCM	41
8.3.3.2. Sistema Átomo	41
8.3.3.3. Prefeitura de São Paulo – SEI e SIGPEC	41
8.3.3.4. Receita Federal – Base CPF	41
9. CONTROLE INTERNO	42
9.1. Execução de Atividades por Tema	42
9.1.1. Monitoramento da Fruição de Férias	42
9.1.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária e Financeira	42
9.1.3. Análise do Portal do Tribunal de Contas na Internet	42
9.1.4. Auxílio Saúde	42
10. ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS – TCMSP	43
10.1. Coordenadoria I – Cursos de Extensão	43
10.2. Coordenadoria II – Pós Graduação	44
10.3. Coordenadoria III – Palestras e Eventos	45
10.4. Observatório de Políticas Públicas	46
10.5. Revista Simetria	47
10.6. Grupos de Trabalho	47
10.6.1. Grupo de Trabalho do Planejamento Estratégico	47
10.6.2. Grupo de Trabalho do Projeto Político Pedagógico	48
10.7. Obras no espaço físico	48
10.8. Retorno das Atividades Presenciais	48
ANEXO I - TCMSP EM NÚMEROS (1º TRIMESTRE 2022)	49
ANEXO II - ÓRGÃOS JURISICIONADOS TCMSP (1º TRIMESTRE 2022)	50

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos por meio do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), relativo ao primeiro trimestre de 2022, os principais resultados obtidos no exercício do controle externo, no âmbito da Administração Pública Municipal, bem como as iniciativas mais relevantes na esfera administrativa desta Corte de Contas.

A seguir destacamos as ações do gabinete da Presidência, responsável por coordenar as políticas internas que direcionam o funcionamento de toda a estrutura do Tribunal de Contas, com a integração das diversas áreas.

1.1. Ações da Presidência do TCMSP

O gabinete da Presidência participou das seguintes atividades ao longo do trimestre:

- 36º Reunião de Análise Crítica da Alta Direção (RACAD) do TCMSP, em ambiente virtual;
- O Presidente do TCM tomou posse como Vice-Presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON). O evento também marcou a posse das Diretorias do Instituto Rui Barbosa (IRB) e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM). Desta forma, a Presidência da continuidade ao processo de integração do TCMSP ao sistema de controle externo nacional, composto por 33 Tribunais de Contas, bem como na composição das Entidades que representam seus Membros;
- O TCMSP, em iniciativa conjunta com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP), promoveu um debate sobre os desafios femininos na busca por maior representatividade nos espaços de poder e tomada de decisão;

- O TCMSP, por meio de seu Presidente Conselheiro João Antonio, integra o Grupo de Trabalho (GT), criado pela presidência da ATRICON, com o objetivo de propor diretrizes e sugerir medidas para a promoção da igualdade de gênero no âmbito do Sistema Tribunais de Contas do Brasil e para a avaliação das políticas públicas nessa área. No dia 08.03, dia Internacional da Mulher, ocorreu o Encontro da ATRICON para debater o tema da igualdade de gênero, com a participação do Presidente do TCMSP;
- I Conferência sobre Democracia e Institucionalidade do Ministério Público de Contas (MPC-SP) junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP);
- No dia 31/03 a Presidência do TCMSP recebeu, do Secretário Municipal de Finanças, o Balanço Anual das Contas da Prefeitura de 2021. Conforme determina a Constituição Federal, combinado com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, o TCMSP deve emitir parecer prévio sobre as contas prestadas pelo chefe do Poder executivo, antes de seu julgamento pela Câmara Municipal.

Por fim, há de se destacar diversas outras iniciativas e trabalhos que estão detalhados ao longo deste relatório, todos realizados com o intuito de aperfeiçoar a atuação deste Tribunal, para poder oferecer melhores serviços à Administração Pública e à sociedade paulistana.

2. O TCMSP

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) foi criado pela Lei Municipal 7.213, de 20 de novembro de 1968. É um órgão público municipal, independente, autônomo, com orçamento próprio e corpo técnico qualificado. Tem a função de auxiliar a Câmara Municipal no controle externo da fiscalização orçamentária do município de São Paulo.

A missão dos Tribunais de Contas no Brasil e a extensão de suas competências estão definidas nos artigos 70 a 75 da Constituição Federal. No caso do TCMSP, sua atuação está disciplinada na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município e Lei Orgânica do TCMSP – Lei nº 9167/80, regulamentada pelo Regimento Interno.

Nesse sentido, o TCMSP é um legítimo instrumento para o efetivo exercício da cidadania, pois além de atuar por sua própria iniciativa, sem provocação, sua Lei Orgânica e seu Regimento Interno preveem mecanismos de participação da sociedade diretamente ou por seus representantes, como os institutos da Representação e da Denúncia.

Integrado por cinco Conselheiros, atualmente a composição do Colegiado do TCMSP é a seguinte:

- ❖ **Presidente - João Antonio da Silva Filho;**
- ❖ **Vice-Presidente - Eduardo Tuma**
- ❖ **Conselheiro - Corregedor - Roberto Braguim**
- ❖ **Conselheiro - Maurício Faria**
- ❖ **Conselheiro - Domingos Dissei**

2.1. Competência

Cabe ao TCMSP a fiscalização da Administração pública municipal mediante o controle da legalidade das contratações públicas, auferir se os recursos advindos dos tributos pagos pelos cidadãos estão sendo devidamente empregados pelos

gestores públicos e avaliar a qualidade dos bens e serviços públicos que estão sendo prestados pelo poder público.

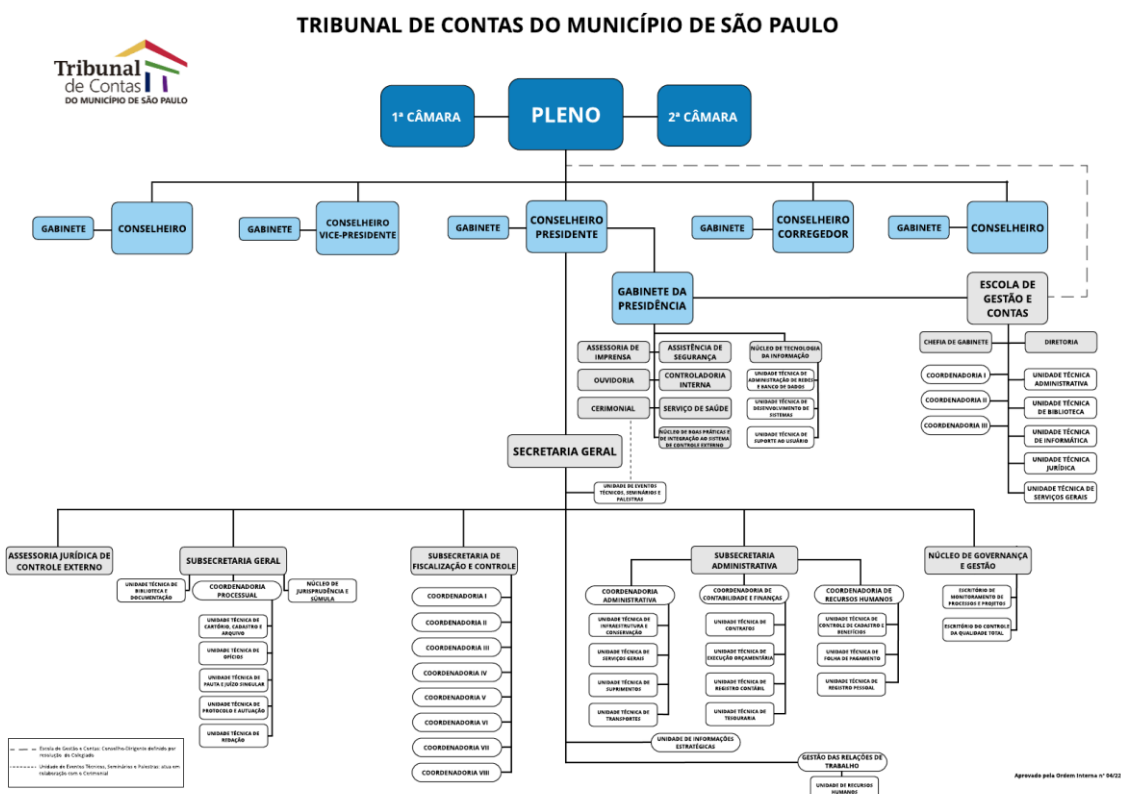
2.2. Jurisdição e Jurisdicionados

O TCMSP tem jurisdição sobre pessoas e matérias sujeitas à sua competência, abrangendo todo aquele que arrecadar ou gerir dinheiro, valores e bens do Município ou pelos quais responda, bem como os administradores das entidades da Administração Indireta e das Fundações instituídas pelo Município.

Os Órgãos jurisdicionados do TCMSP com a indicação do respectivo Conselheiro Relator podem ser consultados no Anexo II deste relatório.

2.3. Estrutura

Com o objetivo de cumprir suas competências institucionais o TCMSP está assim organizado:



3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, para o período 2020-2023, foi aprovado por meio da Resolução nº 11/202¹, cuja implementação desdobra-se nos Planos Setoriais 2020-2021 e 2022-2023, seguidos dos respectivos Planos Anuais das unidades envolvidas: Secretaria Geral (SG), Subsecretaria Geral (SSG), Subsecretaria de Fiscalização e Controle (SFC), Assessoria Jurídica de Controle Externo (AJCE), Subsecretaria Administrativa (AS), Núcleo de Governança e Gestão (NGG), Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), Gestão das Relações do Trabalho (GRT), Unidade de Informações Estratégicas (UIE), Unidade de Jurisprudência, Controladoria Interna, Assessoria de Imprensa, Ouvidoria e Escola de Gestão e Contas (EGC).

O ano de 2022 inicia o ciclo do Plano Setorial 2022-2023, que se encontra em fase final de aprovação, e passou a contar com 29 novos projetos estratégicos, 25 novas ações estratégicas, além de 02 novos programas estratégicos, a saber: Celeridade Processual e Aprimoramento dos Procedimentos na Execução das Fiscalizações. Além disso, também se encontra em fase de aprovação o Plano Anual 2022 contendo os respectivos desdobramentos para o corrente ano do Plano Setorial.

O acompanhamento dos projetos é realizado mensalmente, através do sistema de monitoramento que reúne as informações encaminhadas pelas unidades sobre a situação de cada um deles.

Nesse sentido, destacamos, a seguir, alguns projetos encerrados ao longo do primeiro trimestre de 2022:

a) Matriz de Responsabilização: o projeto definiu os critérios para elaboração de matriz de responsabilização nos relatórios de auditoria, a fim de que as condutas sejam devidamente individualizadas e os responsáveis corretamente identificados.

¹ Disponível em: <https://portal.tcm.sp.gov.br/Management/GestaoPublicacao/DocumentId?idFile=86a98d19-6e1d-4bc4-919b-fe2513e4d2c8>

b) Gestão da Economia: o projeto estabeleceu diretrizes de gestão da economia, de forma a orientar a adoção de mecanismos e procedimentos de análise de custo-benefício e de alternativas disponíveis visando soluções eficientes e efetivas. As diretrizes foram consolidadas em um documento orientador, de modo que as providências administrativas sejam, sempre que possível, precedidas de uma análise quanto a: a) imprescindibilidade do pedido; b) alternativas possíveis e viáveis para atendê-lo; c) melhor alternativa (custo-benefício) para atender à necessidade identificada.

3.1. Referencial Estratégico

Os referenciais estratégicos aprovados pelo Pleno do Tribunal, conforme a Resolução nº 12², de 20 de agosto de 2020, representaram as bases para a construção do Plano 2020-2023 e orientaram a definição dos objetivos e iniciativas estratégico, essenciais para a concretização dos anseios dos Conselheiros, gestores e servidores.

3.2. Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico³ orienta na definição do conjunto de indicadores desenvolvidos e na disseminação e no controle da execução do Plano, devidamente alinhado com os anseios da Corte. No Mapa, os Referenciais Estratégicos informam as quatro Perspectivas, devidamente compostas pelos Objetivos e graficamente representadas, de forma que estes estejam interligados, por meio de uma relação de causa e efeito, às Iniciativas Estratégicas.

² Disponível em: <https://portal.tcm.sp.gov.br/pagina/18958>

³ Disponível em: <https://portal.tcm.sp.gov.br/Management/GestaoPublicacao/DocumentId?idFile=86a98d19-6e1d-4bc4-919b-fe2513e4d2c8>

4. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

4.1. Fiscalizações em destaque

No decorrer do 1º trimestre de 2022 as Coordenadorias da SFC desenvolveram diversas fiscalizações, dentre as quais se destacam as listadas abaixo. Ressalta-se que as informações apresentadas decorrem de relatórios concluídos pela auditoria nesse período, sendo que as conclusões não representam, necessariamente, o entendimento dos Conselheiros, o qual será externado apenas no julgamento/apreciação de tais processos.

➤ **TC 17741/2021 - Objeto: Representação referente ao acordo firmado entre a União e o Município de São Paulo referente ao Campo de Marte e a Dívida Pública do Município**

Objetivos: Analisar a regularidade do acordo em referência, nos aspectos formais, financeiros, econômicos, contábeis e legais.

Achados Preliminares: O valor estimado da indenização é de R\$ 49 bilhões e o acordo propõe perdão da dívida da PMSP com a União em troca da indenização. Em princípio, o Município trocaria R\$ 45 bilhões da indenização (valor que não é líquido e certo, pois foi obtido para o caso de um possível acordo) por sua dívida líquida e certa com a União, no montante de R\$ 24 bilhões. Todavia, salvo melhor juízo, aplicar-se-ia a lógica similar ao deságio em precatório no montante devido pela União, o que reduziria o valor em 40%. Ademais, considera-se que o juízo de conveniência e oportunidade para celebrar o acordo ou continuar com a lide cabe aos dois entes federativos, e, no caso do Município, a Câmara Municipal autorizou o Executivo a formalizar o acordo.

Com a realização do acordo com a União, a PMSP deixará de pagar o valor de R\$ 3,5 bilhões referente ao refinanciamento da dívida, impactando positivamente, a partir de 2022, o orçamento do Município.

Não há que se falar nas implicações e requisitos apresentados nos dispositivos da LRF para renúncia de receita seja pelo motivo de não se tratar de uma receita que deriva do poder de tributação (receita tributária); seja por se tratar de uma receita patrimonial não prevista em função do imbróglgio judicial; seja por não ter sido considerada nas estimativas oficiais de receita (tanto para o Orçamento de 2022 quanto nas metas para dois exercícios seguintes na LDO).

Benefícios esperados: Conferir maior segurança jurídica e técnica ao acordo favorável ao Município de São Paulo.

TEMA: EDUCAÇÃO

➤ **TC 16378/2021 - Objeto: Uso pedagógico dos *tablets* entregues aos alunos**

Objetivo: Verificar a utilização dos *tablets* por meio dos instrumentos tecnológicos disponíveis, mensurando sua efetiva utilização no processo de ensino - aprendizagem.

Achados Preliminares: Não há atos normativos que estabeleçam diretrizes pedagógicas para o uso dos *tablets*, existindo apenas documentos, sem forma normativa e/ou vinculativa, mas que apresentam possibilidades de utilização do equipamento.

Não foi encontrado um detalhamento da utilização do *tablet* no ensino híbrido e na recuperação de aprendizagem, carecendo de diretrizes e evidências para se garantir a efetividade da utilização dos equipamentos eletrônicos fornecidos aos alunos. Também não há evidências de que foi realizado um planejamento pedagógico e gerencial a fim de que a aquisição dos *tablets* realmente facilitasse e impactasse efetivamente o processo de ensino – aprendizagem.

A quantidade de alunos que acessou o Google Sala de Aula é muito baixa, revelando uma baixa adesão dos alunos quanto aos programas virtuais

educacionais, sendo que 89,17% dos alunos consumiram até 10 horas deste serviço.

Com relação ao consumo de bytes verificou-se um contraste no uso dos *tablets*. Uma grande parcela dos alunos (42,46%) consumiu até um Gigabyte de dados (baixo consumo), e uma parcela de 57,53% dos alunos consumiu dados acima da casa de Terabytes (alto consumo). Contudo, constatou-se que os alunos que mais consumiram dados foram os que mais acessaram a plataforma Google Sala de Aula.

Quanto à produção dos 614 vídeos pela Secretaria Municipal de Educação, destaca-se que a quantidade de visualizações dos vídeos produzidos é muito baixa, levando-se em consideração a quantidade de alunos da rede municipal de ensino e a quantidade de *tablets* distribuídos, não tendo sido apresentados os resultados pedagógicos alcançados com esta ação pedagógica.

➤ **TC 016443/2021 - Objeto: Avaliação diagnóstica da aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Educação**

Objetivo: Verificar a mais recente avaliação diagnóstica da aprendizagem dos alunos da rede municipal realizada pela Secretaria Municipal de Educação (SME), requisitando as informações necessárias, analisando-as e respondendo aos quesitos formulados pelo Relator.

Achados Preliminares: Quanto às médias de acertos dos estudantes do 3º ao 9º ano do ensino fundamental, de acordo com dados do SERAp, o melhor desempenho foi em Ciências Humanas no 3º ano, com 75,45% de acertos, e o pior em Geografia no 8º ano, com 41,21% de acertos.

De modo geral, as médias das DREs, em todas as áreas de conhecimento, no 3º e 9º ano escolar ficaram próximas da média geral da SME. Ademais, destaca-se que as médias de acertos dos estudantes do 3º ano, em todas as áreas de

conhecimento, foram superiores às médias apresentadas pelos estudantes do último ano do ensino fundamental.

No que se refere à análise de uma possível (des)aprendizagem dos alunos no período de suspensão das aulas, a SME afirmou que o instrumento de avaliação não permite este tipo de conclusão, pois não foi utilizada a Teoria da Resposta ao Item (TRI). Apesar de os dados darem uma dimensão, não é possível emitir um parecer neste sentido devido à metodologia utilizada.

Segundo a SME, as ações de recuperação estão sendo realizadas de maneira progressiva, tendo como base a priorização curricular, a extensão dos tempos de aula, a recuperação contínua e paralela, o aumento de estagiários no ciclo de alfabetização, os instrumentos de acompanhamento bimestrais, com foco em Língua Portuguesa e Matemática.

Quanto às ações de recuperação contínua e paralela, a recuperação contínua ocorre nas aulas regulares de frequência obrigatória, sendo que os projetos de equiparação das aprendizagens abrangem todos os alunos. Ao passo que a recuperação paralela é destinada àqueles estudantes do 3º ao 9º com as maiores defasagens de aprendizagem em Língua Portuguesa e/ou Matemática, sendo realizada no contraturno escolar e de modo presencial, e contando também com algumas atividades remotas assíncronas.

➤ **TC 16444/2021 - Objeto: Evasão escolar e políticas de busca ativa**

Objetivo: Apurar os fatos relativos à evasão escolar e as políticas de busca ativa implementadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Achados Preliminares: Durante a inspeção foram levantadas informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME) em resposta aos quesitos formulados pelo Conselheiro Relator, dentre as quais destacam-se:

Dos 823 mil alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental em 2019, 8,75% não renovaram matrícula em 2020 na RME/SP, e 6,01% mantiveram-se sem renovar matrícula em 2021. Nesse levantamento somente é considerada as bases de dados do EOL - sistema da Prefeitura de São Paulo. No entanto, o aluno pode ter realizado a matrícula em outras redes de ensino, inclusive em outros estados da federação.

Em 29.10.2021 haviam 40.818 crianças aguardando vaga na rede municipal de ensino. Em anos anteriores, para o mesmo período, o déficit de vagas era de: 139.654 (2017); 93.627 (2018); 84.490 (2019) e 11.245 (2020 - Pandemia). Os dados dos últimos cinco anos indicam que o número de crianças aguardando por vagas diminuiu. Em complemento às informações da SME, consultamos o portal Dados Abertos da PMSP e verificamos que a demanda registrada em dezembro de 2021 (último dado disponível), era de 595 vagas para as creches, e zero vagas para pré-escola e ensino fundamental I e II.

A SME esclareceu que não são calculados os dados de evasão escolar, e que os índices educacionais apresentados são de abandono escolar. Com base nas informações, verifica-se que em 2019 os índices de abandono escolar do 6º ao 9º (de 1,2 a 1,6%) são maiores que dos anos 1º ao 5º (de 0,5 a 0,8%). De 2019 para 2020 houve redução dos índices de abandono, constando 0,1% para o 1º, 2º e 9º ano e zero para os demais (do 3º ao 8º ano). Segundo a SME, os dados de 2021 serão coletados posteriormente pelo Censo MEC.

A SME adotou algumas condicionantes como preditoras de maior risco de evasão escolar, a saber: a gravidez na adolescência, a defasagem idade/ano, a exposição às situações de violência, a moradia em situação de rua, o trabalho infantil, a condição de doença crônica, as deficiências, a reprovação por falta, o cumprimento de medidas socioeducativas, o acolhimento institucional, as situações de intenso sofrimento psíquico e o adoecimento mental.

Com o objetivo de ofertar apoio às unidades educacionais na prevenção e no enfrentamento ao abandono escolar, as equipes dos NAAPA (Núcleo de Apoio e

Acompanhamento para Aprendizagem) se dedicaram ao contato com a comunidade escolar, por meio de reuniões multidisciplinares, itinerâncias, grupos de trabalho, contato telefônico, visitas domiciliares de modo a envolver escola, família e o próprio estudante no enfrentamento à evasão escolar.

Segundo a Secretaria, a pandemia aprofundou as desigualdades. Destacou que o ensino remoto demonstrou as desigualdades de acesso à internet de qualidade, a equipamentos eletrônicos e a familiaridade do estudante com esses recursos digitais, mas também evidenciou o fato de que, mesmo nas camadas da população com melhores condições de uso dessas tecnologias, a ausência de mediação dessa aprendizagem foi mais um fator determinante para não continuidade dos percursos escolares desses estudantes

Em 2021 a SME aderiu à plataforma de Busca Ativa Escolar da UNICEF e previu a contratação de 70 agentes de busca escolar para atuação presencial. Até 16.01.2022, 55% dos estudantes atendidos (7.388) efetuaram a matrícula para 2022.

Segundo a SME, a agente de busca ativa escolar faria na educação o papel do agente comunitário, uma vez que nos quadros da educação não se observa a figura desse profissional. A partir dessa ideia é que o piloto com as agentes está sendo testado. A ação foi planejada para se realizar até o mês de dezembro de 2021 e, a partir dela, a metodologia poderá ser experimentada pelos profissionais da educação envolvidos, permitindo à SME verificar a pertinência de continuidade da proposta em 2022, caso se observe situação de não retorno dos estudantes matriculados na RME para o ensino presencial.

TEMAS: SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL

➤ **TC 4180/2022- Objeto: Acompanhamento do Edital de Pregão Eletrônico para registro de preços para o fornecimento de fraldas descartáveis para adultos**

Objetivo: Verificar a regularidade do edital do Pregão Eletrônico nº 228/2022-SMS quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados Preliminares: Fragilidade da justificativa apresentada para os quantitativos estimados, fragilidade da pesquisa de preços realizada com uso de propostas comerciais de empresas varejistas que elevaram substancialmente as médias obtidas, exigências restritivas na fase de habilitação do certame. Após o relatório da auditoria, as irregularidades foram sanadas.

Benefícios esperados: Redução do valor estimado de R\$ 96.003.040,61 para R\$ 89.247.764,29, totalizando uma economia potencial de R\$ 6.755.276,32. Também houve revisão e aumento dos quantitativos estimados a fim promover maior segurança quanto à capacidade de abastecimento do item, e alteração, pela Origem, de parte das cláusulas apontadas a fim de evitar indevida restrição de participação de licitantes.

➤ **TC 4279/2022 - Objeto: Inspeção no Centro de Acolhida Zaki Narchi , objeto do Termo de Colaboração nº 049/SMADS/2019**

Objetivo: Verificar as condições físicas do Centro de Acolhida Zaki Narchi, tendo em vista os fatos noticiados em reportagem.

Achados Preliminares: Apesar da melhoria das condições noticiadas em reportagem, a estrutura do local onde são prestados os serviços encontra-se comprometida, tornando o local inadequado para funcionamento do Centro de Acolhida, havendo corrosão das estruturas das vigas metálicas e contaminação por gás metano. Apesar do auto de interdição do serviço lavrado pela Prefeitura Regional de Vila Maria/Vila Guilherme, as atividades do Centro permaneciam sendo desenvolvidas no local.

Benefícios esperados: Garantir condições adequadas de qualidade, higiene e segurança para os usuários do serviço de acolhida.

➤ **TC 14769/2021 - Objeto: Acompanhamento do Termo de Colaboração nº 034/SMADS/2021- Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI. 60 vagas - SAS Mooca**

Objetivo: Verificar se a execução está de acordo com o Plano de Trabalho bem como a regularidade da prestação de contas.

Achados Preliminares: Descumprimento de cláusulas do Termo de Colaboração e de normas de acessibilidade, número de profissionais e carga horária em desacordo com o Plano de Trabalho e legislação vigente, irregularidades nas prestações de contas dos ajustes, intempestividade e fragilidades no acompanhamento e monitoramento exercido pela SMADS, desatendimento às regras de publicidade e transparência, dentre outros.

Benefícios esperados: saneamento das falhas mapeadas nas fiscalizações, aprimoramento dos controles internos para melhor fiscalização dos recursos públicos aplicados nas parcerias com organizações da sociedade civil.

➤ **TC 14749/2021 - Objeto: Acompanhamento do Contrato de Gestão Emergencial para gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde Santo Amaro/Cidade Ademar**

Objetivo: Verificar se a execução está de acordo com o Plano de Trabalho bem como a regularidade da prestação de contas.

Achados Preliminares: Ausência/intempestividade de acompanhamento pelas instâncias de controle da SMS (CTA e CAF), déficit de contratação de carga horária de profissionais de saúde, contratações realizadas sem observância ao regulamento próprio da contratada, contratação de empresa com conflito de interesse e falta de impessoalidade, utilização de contas não exclusivas do CG,

falta de comprovação de pertinência com o objeto de despesas realizadas, inadequações na infraestrutura e condições de atendimento nas unidades UPA Santo Amaro e Hospital Integrado Santo Amaro, dentre outros.

Benefícios esperados: Melhoria do atendimento à população, saneamento dos descumprimentos contratuais observados, melhoria da eficiência na gestão de recursos públicos repassados à OS, ressarcimento e prevenção de utilização indevida de recursos, aprimoramento dos controles internos da SMS para melhor fiscalização das ações executadas pelas organizações sociais.

TEMAS: LIMPEZA PÚBLICA, ZELADORIA, MEIO AMBIENTE

➤ **TC 13434/2021 - Objeto: Acompanhamento de contrato de prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública (“varrição”) e destinação final adequada dos resíduos provenientes destes serviços**

Objetivo: Verificar se o Contrato nº 008/AMLURB/2019 e seus aditivos estão sendo executados e fiscalizados de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste.

Achados Preliminares: Foram constatadas diferenças entre as propostas da licitação e os planos executados no que tange à disponibilização de mão de obra e equipamentos, da ordem de R\$ 29 milhões em 2020, além da não utilização de sistema de monitoramento com custos anuais de R\$ 600 mil, o que inviabiliza a adequada fiscalização do contrato.

Benefícios esperados: Mobilização por parte da Administração para implantar as ferramentas de fiscalização e reequilíbrio econômico do valor do contrato em prol do município.

TEMA: INFRAESTRUTURA URBANA

➤ **TC 2107/2022 - Objeto: Acompanhamento do Edital de Licitação nº 25/2019 - COHAB objetivando a contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva, reparação, adaptação, modificação, revitalização, recuperação e complementação em empreendimentos e imóveis sob a responsabilidade de regularização pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo**

Objetivo: Verificar a regularidade do Edital examinado quanto aos aspectos de legalidade, formalidade e mérito.

Achados Preliminares: Projeto básico deficiente não permitindo que as licitantes tenham condições de saber o que deverá ser executado, não permitindo que seja possível uma fiscalização das obras e, finalmente, não permitindo que este TCM audite o Edital e a execução contratual. Os quantitativos de serviços previstos não estavam justificados, tampouco havia indícios de que foi feito um levantamento individualizado para cada bloco. O Termo de Referência não possuía elementos que possibilitassem as proponentes o conhecimento das condições básicas da licitação. Presença de cláusulas editalícias restritivas a competitividade.

Benefícios esperados: Saneamento das irregularidades apontadas, revisão do projeto básico, termo de referência e planilha orçamentária; e, correção de cláusulas editalícias a fim de evitar indevida restrição de participação de licitantes e correção das demais irregularidades apontadas.

TEMA: CONCESSÕES

➤ **TC 2216/2022 - Objeto: Acompanhamento de Execução Contratual do Mercado Santo Amaro - Fase de Obras**

Objetivo: Verificar se o termo contratual está sendo executado de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste.

Achados Preliminares: Verificou-se o adimplemento do pagamento das outorgas fixas e variável pela concessionária, assim como a conformidade da garantia da execução do contrato. Quanto ao andamento das obras, verificou-se que houve atraso na execução, resultando num pedido da concessionária para revisão do prazo final para conclusão das obras, que está em análise pela SP Parcerias. Além disso, a concessionária também apresentou pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, que ainda não havia sido analisado.

Benefícios esperados: Melhoria nos controles internos; asseguração de que os termos contratuais sejam cumpridos e de que os serviços concedidos sejam realizados conforme o contratado.

4.2. Principais Julgamentos e Deliberações

A seguir apresentamos notícias divulgadas pela assessoria de imprensa do TCMSP sobre os principais julgamentos e deliberações ocorridas no primeiro trimestre de 2022:

- *TCMSP envia alerta à Prefeitura sobre aditivo em contrato da PPP da Iluminação Pública (Fevereiro) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *TCMSP autoriza retomada da concorrência para uso de espaços no Edifício Martinelli (Fevereiro) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *Conselheiro Domingos Dissei autoriza retomada de licitação para modernização de semáforos na Cidade (Fevereiro) – Saiba mais [AQUI](#)*

- *Colegiado referenda suspensão do pregão, promovido pela Secretaria Municipal das Subprefeituras, com vistas ao registro de preços para prestação de serviços de pavimentação de calçadas na capital, inseridas no plano emergencial de calçadas (Março) – Saiba mais [AQUI](#)*

Por fim, no **Anexo I – TCMSP em números**, pode-se verificar os principais dados quantitativos relativos à atuação desta Corte.

5. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo, comprometido com o constante fortalecimento de práticas de controle, transparência e eficiência, vem, desde 1997, desenvolvendo programas e estruturas que permitam organizar e publicizar suas decisões.

Em consonância com as tendências mais modernas de gestão, o plano estratégico do TCMSP prevê, no âmbito do Núcleo de Jurisprudência e Súmula, para o biênio 2022-2023, o desenvolvimento dos seguintes projetos:

- a) Sistema de Jurisprudência (iniciado em 2021 - trata-se de ferramenta tecnológica em desenvolvimento, visando o tratamento de dados das decisões proferidas pelo Tribunal, trazendo eficiência à juntada de informações ao sítio eletrônico, assim como às pesquisas);
- b) Jurisprudência de decisões cautelares (iniciado em 2022 – refere-se à catalogação das medidas cautelares referendadas pelo TCMSP, garantindo-se, assim, o acesso eficiente pelos interessados às discussões e decisões em sede de juízo cautelar);
- c) Manual de ementas (a iniciar em 2022 – sua elaboração trará uniformidade à elaboração das ementas);
- d) Jurisprudência monitorada (início previsto para 2023 – terá como objetivo contribuir para que o TCMSP mantenha sua jurisprudência uniforme, coerente, estável e íntegra, com possível desenvolvimento de uma solução tecnológica).

Objetivando a efetivação dos projetos e a definição de estratégias de atuação, mantemos uma rotina de pesquisas e estudos aos modelos e às boas práticas utilizadas por outras Casas de Controle Externo, participando-se de encontros, palestras e discussões, refletindo sobre e aplicando tais práticas quando entendemos que colaboram com a eficiência ao setor.

Registramos o desenvolvimento, em conjunto com a equipe do Núcleo de Tecnologia da Informação, do software destinado ao Sistema de Jurisprudência, o que possibilitará avanços consideráveis no método de cadastro e recuperação das informações constantes das decisões.

Este Núcleo de Jurisprudência e Súmula é responsável, entre outras atividades, pela elaboração de todas as ementas referentes às decisões proferidas pelas Câmaras e Pleno. Citamos, ademais, que nossa responsabilidade se estende à inserção no cadastro das decisões no banco de dados, à consolidação de arquivos (reunindo ementa, acórdão, relatório e voto), à elaboração dos boletins de jurisprudência, e por tornar todo este material acessível e pesquisável no sítio eletrônico ([clique para acessar](#)), além de realizarmos pesquisas por demanda, e estudos que possam gerar subsídios à proposição de súmulas.

No quadro a seguir apresentamos os dados consolidados no primeiro trimestre de 2022.

Quadro 5.1 – Dados consolidados (1º trimestre 2022).

JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS				
PERÍODO	Jan.	Fev.	Mar.	1º Trim.
JURISPRUDÊNCIA	56	222	215	493
Decisões colegiadas proferidas	0	47	87	134
Ementas elaboradas	0	42	41	83
Decisões cadastradas no banco de dados (e-TCM)	0	65	41	106
Arquivos consolidados (ementa, acórdão, relatório e voto)	56	68	39	163
Enunciados para os boletins de jurisprudência	0	0	7	7
JURISPRUDÊNCIA (Diversos)	15	144	302	461
Construção da pauta para acompanhamento da sessão (pré-ementas)	0	79	210	289
Ementas prévias a partir das notas taq. ou relatórios e votos das SONPs	15	65	92	172
TOTAL DE AÇÕES	71	366	517	954

Fonte: Núcleo de Jurisprudência e Súmula

6. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Apresentamos neste capítulo as formas de comunicação utilizadas pelo TCMSP visando suprir as mais variadas necessidades de informação da sociedade e, também, seu relacionamento institucional com outros órgãos ou entidades.

6.1. Ouvidoria

As atividades aqui espelhadas contemplam dados estatísticos e dados referentes à pesquisa de satisfação pelo Sistema Ouvidoria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) e do Sistema Fala.BR da Controladoria Geral da União (CGU), estando em conformidade com o estabelecido no Acordo de Cooperação nº 16/2019 celebrado entre aCGU, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e a Rede Nacional de Ouvidorias (RENOuv).

6.1.1. Das Manifestações

Os prazos para atendimentos das manifestações estão em conformidade com o estabelecido na Lei de Acesso à Informação – LAI, Lei nº 12.527/2011 e com o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, Lei nº 13.460/2017.

6.1.2. Dos Índices de Satisfação

- Índice de satisfação dos usuários com o atendimento da Ouvidoria;
- Índice de satisfação dos usuários na qualidade das respostas obtidas;
- Índice de satisfação com o prazo de resposta da manifestação.

6.1.3. Dos Canais de Recebimento de Manifestações

O atendimento prestado pela Ouvidoria se inicia no recebimento das manifestações pelo Portal da Ouvidoria, na página do TCMSP, presencialmente, por e-mail, por telefone ou por meio de carta.

Dos canais de comunicação, 14,8% das manifestações foram recebidas por e-mail, 84,2% pelo Link da página e 1% através de correspondência.

6.1.4. Da Classificação das Manifestações Recebidas

São, os Pedidos de Informação baseados na LAI assim como as demandas próprias de Ouvidoria, que se caracterizam como Denúncia, Reclamação, Solicitação, Consulta, Sugestão, Elogio e o Simplifique.

No período em questão, foram analisadas 203 manifestações, sendo 100 delas demandas próprias de Ouvidoria referentes a outros Órgãos, estando, portanto fora das atribuições constitucionais desta Corte de Contas, porém todas foram tratadas e encaminhadas aos Órgãos competentes.

Quadro 6.1 - Número de Manifestações por tipo;

TIPO	QUANTIDADE
PEDIDO DE INFORMAÇÃO - LAI	10
DENÚNCIA	16
RECLAMAÇÃO	08
SOLICITAÇÃO	68
RECURSO	01

Fonte: Sistema Ouvidoria e Sistema Fala.BR

De competência do TCMSP, foram analisadas 103 manifestações, sendo:

- a) dos 10 Pedidos de Informação amparados pela LAI, todos foram atendidos dentro do prazo estipulado pela Lei;
- b) das 93 manifestações próprias de Ouvidoria, baseados no Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, todas foram atendidas dentro do prazo estipulado pela Lei, obtendo assim um percentual de 100%;

c) das 103 manifestações, 87 foram tratadas através do Sistema Ouvidoria do TCMSP e 16 manifestações pelo Sistema Fala.BR da CGU;

6.1.5. Pesquisa de Satisfação

Do total das manifestações analisadas no período deste relatório, obtivemos o seguinte resultado:

Quadro 6.2 - Índice de satisfação dos usuários com o atendimento da Ouvidoria;

Satisfação	%
Muito satisfeito	64
Satisfeito	18
Pouco satisfeito	18

Fonte: Sistema Ouvidoria e Sistema Fala.BR

Quadro 6.3 - Índice de satisfação dos usuários na qualidade das respostas;

Qualidade	%
Ótimo	82
Bom	9
Ruim	9

Fonte: Sistema Ouvidoria e Sistema Fala.BR

Quadro 6.4 - Índice de satisfação com o prazo de resposta da Ouvidoria.

Prazo	%
Antes do tempo	82
No tempo	9
Demorou	9

Fonte: Sistema Ouvidoria e Sistema Fala.BR

6.2. Câmara Municipal de São Paulo

No 1º trimestre de 2022, foram autuados 15 processos relativos a representações e denúncias dos Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo:

- Vereador Antonio Biagio Vespoli

TC/003785/2022	Representação em face da compra e entrega de alimentos estragados, distribuídos pela Secretaria Municipal de Educação, gerando desperdícios de recursos públicos.
TC/004588/2022	Representação em face de reformas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo projeto faz parte do programa "Avança Saúde SP", que tem por objetivo ampliar e aprimorar a infraestrutura da Rede Municipal de Saúde.
TC/005325/2022	Representação em face do Contrato nº 14/2015-SMS.G e do Termo Aditivo nº 35/2019-SMS.G, cujo objeto é o gerenciamento e a execução de ações e serviços nas Unidades de Saúde da rede assistencial dos distritos administrativos Vila Formosa, Carrão e Aricanduva da Supervisão Técnica de Saúde Mooca/Aricanduva e Sapopemba da Supervisão Técnica de Saúde Vila Prudente/Sapopemba.

- Vereador Celso Luís Giannazi

TC/003822/2022	Representação em face da distribuição de alimentos estragados na Rede Municipal de Educação da região de Pirituba e da zona Sul da capital
TC/003823/2022	Representação em face da dificuldade de acesso ao aplicativo de materiais escolares e uniformes, Termo de Contrato nº 29/SME/2020, cujo objeto é a contratação de empresa fornecedora de meio de pagamento eletrônico, objetivando gerir os recursos públicos da Secretaria Municipal de Educação
TC/004004/2022	Representação em Contrato nº 038/SIURB/2015, cujo objeto é a execução de obras e serviços para a construção de escolas para educação fundamental e infantil, integrantes do lote 11, atinente ao processo de pré-qualificação 002/10/SIURB.
TC/004042/2022	Representação em face do não cumprimento da instalação das salas digitais nas escolas ligadas a Rede de Ensino Municipal

TC/004045/2022	Representação em face da carência de estagiários e Auxiliares de Vida Escolar (AVEs) nas escolas municipais de São Paulo, para atendimento dos programas: "Parceiros da Aprendizagem", que cuida de crianças em fase de alfabetização, e "Aprender sem Limites", que cuida de educação especial para idades mais avançadas
TC/005083/2022	Representação em face da falta de investimento de verba pública na manutenção das escolas da rede municipal de ensino, especificamente na EMEF José de Alcântara Machado, que teve parte do telhado desabado no pátio da escola em 13.03.2022
TC/005798/2022	Representação em face da suposta ausência de manutenção do CEU CEMEI Freguesia do Ó, que se encontra fechado, com aulas suspensas, devido à falta de água e luz na unidade, gerenciada pela Secretaria Municipal de Educação
TC/005862/2022	Representação em face do Contrato de Concessão nº 01/SEME/2019, decorrente da Concorrência Internacional nº 01/SEME/2018, cujo objeto é a concessão dos serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu

- Vereador Mario Palumbo Junior

TC/004836/2022	Representação em face de supostas irregularidades no funcionamento do aplicativo "Kit Escolar DUEPAY"
TC/004837/2022	Representação em face do Contrato nº 072/2020/SMS, cujo objeto é contratação de empresa especializada para a implantação de PLATAFORMA DE TELE MEDICINA, com INSTRUMENTALIZAÇÃO para as suas funcionalidades, incluindo a integração dos dados clínicos a ser realizada pela integração das informações de saúde geradas pelos estabelecimentos sob a gestão municipal, no âmbito do "PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS REDES DE SAÚDE ASSISTENCIAIS DA CIDADE SÃO PAULO, AVANÇA SAÚDE financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), seguindo as regras de contratação estabelecidas pela política de aquisições GN-2349-9 e Manual de Aquisições (SEI 048533394 e 048533439), através do Empréstimo 4641/OC-BR

- Vereador Antonio Donato Madorno

TC/005008/2022	Representação em face de expressivo aumento dos contratos emergenciais sem licitação, conforme matéria da Rede Globo veiculada no Jornal SPTV do dia 15.03.2022
----------------	---

- Vereador Senival Pereira de Moura

TC/004120/2022	Representação em face das supostas irregularidades no cumprimento do mínimo constitucional em manutenção e desenvolvimento do ensino.
----------------	---

Além disso, no primeiro trimestre de 2022 foram designados auditores para participar das seguintes audiências públicas, Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e reuniões da Câmara Municipal de São Paulo:

- Audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - demonstração do cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre.
- Audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento - Contratação e Execução Orçamentária da SME para fins de cumprimento dos 25% em MDE no ano de 2021.
- Audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esportes - Gastos com a educação na cidade de São Paulo.
- CPI da Prevent Senior;
- CPI dos Aplicativos.

6.3. Outras Entidades

No 1º trimestre de 2022, não foram autuados processos relativos a demandas de entidades externas.

Todavia, designados auditores para participar das seguintes atividades envolvendo o relacionamento com entidades externas:

- ✓ Projeto Integrar;
- ✓ Auditoria Coordenada com o TCU na área da saúde.

6.4. Sociedade

Com o objetivo de incrementar sua atuação junto à sociedade, no primeiro trimestre de 2022 o TCMSP participou, juntamente com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e o Ministério Público do Estado de São Paulo da Ação Educativa e Formativa - Direitos das Mulheres, Orçamento Público e Controle Social, evento constituído de cinco encontros nos quais se discutiram temas como elaboração orçamentária, destinação de verbas para o combate à violência contra a mulher, e participação popular e feminina na elaboração do orçamento. Nesse processo, o IRIS, como ferramenta de divulgação de dados orçamentários, mostrou-se fundamental.

7. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

7.1. Execução Orçamentária e Financeira

A execução orçamentária e financeira abrange a entidades Tribunal de Contas do Município de São (TCMSP) e o Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (FEDTCMSP), evidenciados de forma consolidada.

7.1.1. Receitas

O TCMSP não arrecada receitas, recebendo, mensalmente, os duodécimos transferidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo. De outro lado, consoante dispõe o Art. 3º da Lei Municipal n.º 15.025/2009, o FEDTCMSP possui receitas próprias. Durante o primeiro trimestre do exercício financeiro de 2022, o Fundo arrecadou R\$ 378.756,95, conforme evidenciado no quadro abaixo:

Quadro 7.1 – Receitas Orçamentárias Consolidadas

Rubricas		Receita Prevista (R\$)	Receita Arrecadada (R\$)	%
1. Receitas Correntes		2.637.528	291.909	11,1%
1.1 Receitas Patrimoniais		1.347.024	215.181	16,0%
	Permissões de Uso	762.756	190.246	24,9%
	Fundos de Investimentos	561.084	0	0,0%
	Aplicações em CDB	23.184	24.935	107,6%
1.2 Receitas de Serviços		1.268.904	67.106	5,3%
	Serviços de Fotocópias	12.396	269	2,2%
	Consignações	258.624	66.405	25,7%
	Outros Serviços Administrativos	4.260	432	10,1%
	Inscrições em Concurso Público	993.624	0	0,0%
1.3 Transferências Correntes		0	0	0,0%
	Transf de Instituições Privadas		0	0,0%
1.4 Outras Receitas Correntes		21.600	9.622	44,5%
	Multas e Juros – Contratos	11.040	0	0,0%
	Restituição de Despesas	996	0	0,0%
	Outras Restituições	9.108	1.216	13,4%
	Demais Receitas Correntes	456	8.406	1843,4%
2. Receitas de Capital		2.496	86.848	3479,5%
2.1 Alienação de Bens		2.496	86.848	3479,5%
	Alienação de Bens e Materiais	2.496	86.848	3479,5%
3. Receita Total		2.640.024	378.757	14,3%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

7.1.2. Despesas

Durante o primeiro trimestre do exercício financeiro de 2022, as despesas executadas corresponderam 19,14% (R\$ 73.030.442) do total da dotação (R\$ 381.640.024), no exercício financeiro de 2022, com destaque para as despesas com pessoal, devido ao uso intensivo da força de trabalho e serviços para o cumprimento da missão desta E. Corte de Contas.

Quadro 7.2 – Despesas Orçamentárias Consolidadas

Grupos de Despesas	Orçamento Atualizado (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	%
Pessoal	324.622.206	56.493.815	17,40%
Consumo	1.232.893	376.333	30,52%
Serviços	21.050.516	10.378.540	49,30%
Imobilização	8.737.244	66.945	0,77%
Outras	25.997.165	5.714.809	21,98%
Total	381.640.024	73.030.442	19,14%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

7.1.3. Participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município

As despesas do TCMSP compõem o orçamento do Poder Legislativo. Durante o orçamento de 2022, a participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município de São Paulo totaliza 0,5%.

Quadro 7.3 – Participação do TCM no Orçamento Geral do Município

Exercício	Dotação Inicial do Orçamentos Municipal (R\$)	Dotação Inicial do Orçamento Consolidado do TCMSP (R\$)	%
2022	82.758.515.692	381.640.024	0,46%

Fonte: Lei Municipal n.º 17.728/2021 (LOA 2022)

7.2. Gestão Patrimonial

Os bens objeto de controle são divididos em bens móveis, imóveis e intangíveis. A posição contábil em 31/03/2022, líquida da depreciação e amortização, é a evidenciada no quadro a seguir:

Quadro 7.4 – Bens móveis, imóveis e intangíveis

Bens	Valor (R\$)
Bens móveis	13.384.813
Bens imóveis	455.153.038
Bens intangíveis	23.036.130
Total	491.573.980

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

7.3. Gestão das Relações do Trabalho (GRT)

A área de gestão de pessoas do TCMSP é dirigida pela Gestão das Relações do Trabalho – GRT.

Neste capítulo serão apresentados os principais resultados do primeiro trimestre referentes ao ano de 2022, extraídos dos Indicadores da Qualidade, alcançados tanto pela GRT, quanto por meio de parcerias estabelecidas com áreas que possuem interface de atuação, tais como a EGC, conforme segue:

7.3.1. Indicadores de Capacitação – Primeiro Trimestre de 2022

Quadro 7.5 – Quadro de Indicadores de horas, participações, temas e investimento

Indicadores de Treinamento		Resultado Acumulado		Meta Anual (Previsão)
Cursos: Carga Horária LND/EP	Extraplano	733 horas		Total: 14.200 horas/ano
	LND	298 horas		
	Total	1031 horas		
	Eventos Externos s/ custo	0	527	
	Eventos Externos c/ custo	0		
	Eventos Internos s/ custo	0		
	Online s/ custo	527		
	Online c/ Custo	0	504	
	Escola de Contas: s/ custo	504		
	Escola de Contas: In Company c/ custo	0		
	Total	1031 horas		
Quantidade de Participações em cursos	Eventos Externos	0		32
	Multiplicações	0		
	Eventos Internos	0		
	On line	32		
	Escola de Contas - In company	0		195
	Escola de Contas – Eventos Abertos (online)	195		
	Total			

Quantidade de Temas	Eventos Externos	0	25
	Multiplicações	0	
	Eventos Internos	0	
	On line	25	10
	Escola de Contas - In company	0	
	Escola de Contas – Eventos Abertos (online)	10	
Total		35 (Temas)	
Investimentos	GRT	R\$ 0	Orçamento para o ano de 2022 R\$ 182.000,00
	Escola de Contas	R\$ 0	
Cursos/ Investimentos (R\$)	Total	R\$ 0	

Fonte: Indicadores da Qualidade – Ano 2022

7.3.2. Capacitação Planejada (LND/GIEP) – Comparativo Anos 2022/2021

Quadro 7.6 - Indicador Quantitativo Comparativo dos resultados do LND/22 e LND/21

Indicadores – Primeiro Trimestre	ANO 2022	ANO 2021
Carga Horária LND/GIEP	298	1.784
Eventos atendidos relacionados ao LND	15	20

Fonte: Indicadores da Qualidade - Ano 2022 e Ano 2021

7.3.3. Indicadores de Capacitação – Áreas Certificadas ISO/9001 – Ano 2022

Quadro 7.7 – Indicadores das áreas certificadas ISO/9001 (SFC/ETQC/GRT-URH)

Indicadores	Resultado Acumulado	Meta 2022 8.300 horas
Carga horária/ano	485	
Investimento específico das áreas certificadas (R\$)	R\$ 0	
Nº de participantes atendidos	110	
Quantidade de Cursos/Eventos em geral - relativos às áreas certificadas	22	
Quantidade de Eventos correspondentes ao LND relativos às áreas certificadas	8	

Fonte: Indicadores da Qualidade Ano 2022

7.3.4. Trilhas de Capacitação em TI

No primeiro trimestre foi organizado e realizado o curso GroupWise - Aulas 1 e 2, sendo que tais aulas se encontram publicadas no Trilho 07 da Trilha de Capacitação em TI.

7.3.5. Ecos do Comportamento

É um programa da GRT em parceria com a EGC, que tem como objetivo trazer temas importantes para o autoconhecimento e desenvolvimento das competências

comportamentais e socioemocionais (soft skills) dos gestores e dos servidores colaboradores do TCMSP e da sociedade em geral, por meio de entrevistas com profissionais renomados da área de Gestão de Pessoas.

No primeiro trimestre foi organizada e realizada a Webinar “Como melhorar sua inteligência emocional com PNL”.

7.3.6. Coordenação de Estágios

A Coordenação dos programas de estágios para estudantes de ensino médio, técnico e superior, é a unidade responsável pelos processos de abertura de vagas junto ao agente integrador CIEE, triagem de currículos, para recrutamento e seleção de estagiários em atendimento às necessidades apontadas no LND, levantamento de perfis das vagas junto aos supervisores, bem como elaboração conjunta do Plano de Atividades de Estágio, de acordo com as carreiras requeridas pelas unidades, realizando também; contatos com estudantes e orientações sobre o processo seletivo, agendamento de entrevistas com estudantes e supervisores, preparação de laudos, atendimentos presenciais e virtuais a estudantes e supervisores de estágio, preparação e encaminhamento de dados de estudantes para contratação, recepção e encaminhamento de estudantes às unidades do tribunal, envolvendo admissão, aditamento e desligamentos de estagiários, bem como integração e orientações sobre regras de convivência aos novos estagiários e participação em treinamentos para apoio na formação profissional.

Quanto à parte administrativa, faz o controle e acompanhamento de vagas existentes nos contratos de Ensino Médio, Técnico e Superior, instrução de expedientes para renovações contratuais necessárias, bem como aditamentos relativos aumentos nos valores de taxas administrativas, bolsa-auxílio e auxílio transporte, além da elaboração e apontamento da frequência mensal, fechamento das folhas de pagamento, providências junto ao CIEE para apresentação de carta fatura e documentos necessários para repasse de valores relativos ao pagamento dos estagiários.

Neste primeiro trimestre, além dessas atividades rotineiras elencadas acima, foram realizados os seguintes procedimentos pela Coordenação de estágios: abertura de processos seletivos para atendimento às demandas das unidades do tribunal, resultando na contratação de 04 estagiários no primeiro trimestre, tendo em vista o retorno das atividades presenciais a partir de março de 2022.

7.3.7. Atividades Diversas

Participação na comissão de Planejamento estratégico, representando a área de Gestão de Pessoas.

Gerenciamento de Intervenções desenvolvidas pela GRT, Projeto Política de Gestão de Pessoas e Integração Interáreas, entre os anos de 2020 a 2023, em parceria com áreas que estão diretamente relacionadas a tais intervenções.

Captação e seleção de cursos online, com base no LND ou extraplano e GIEP, para divulgação aos servidores.

Realização de Mentoria a gestores aprovados nos processos seletivos, a fim de auxiliar o novo gestor na condução e redução do tempo de integração com os membros da equipe, assim como acelerar a sua adaptação às novas atividades e processos de trabalho da área.

Conclusão da tabulação e elaboração de relatório sobre a Pesquisa Teletrabalho 2º semestre/2021, para alta administração com proposições de ações necessárias referentes a esta temática.

Conclusão do Programa “Inclusão Digital” para os servidores com algum tipo de dificuldade em informática, relatada tanto pelos Gestores quanto pelos próprios servidores na Pesquisa sobre Teletrabalho 2020 – Contato e acompanhamento com gestores e servidores.

Continuidade no programa de Trilhas de Capacitação em TI, assim como aprimoramento da estrutura de divulgação na intranet e participação e elaboração de novas trilhas por intermediação da Consultoria Inteletto.

Participação na organização e apresentações do Programa Cidadania em Contas, que tem como objetivo levar informações à sociedade em geral sobre o papel do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Participação e atuação direta na comissão sobre Teletrabalho, atendimento a gestores e servidores, além da realização de reuniões para elaboração de Protocolo de saúde mental em conjunto com a SG, Serviço de Saúde e URH.

7.4. Subsecretaria Administrativa (SA)

A Subsecretaria Administrativa tem por fim gerenciar as atividades e os recursos administrativos de apoio ao funcionamento do Tribunal, competindo-lhe, sob o aspecto processual, a instrução dos feitos que envolvam matéria administrativa de cunho interno. (art. 37 - Res. nº 3/02).

Para desempenhar suas atividades a SA conta com três Coordenadorias, a de Recursos Humanos, a Administrativa e a de Contabilidade e Finanças, cujas atividades principais estão a seguir descritas.

7.4.1. Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH)

A Coordenaria de Recursos Humanos é responsável pelo registro da vida funcional dos servidores, assegurando a concessão de benefícios de acordo com a legislação pertinente e garantindo o pagamento de sua remuneração com precisão e no prazo estabelecido.

7.4.2. Coordenadoria Administrativa

Compete à Coordenadoria Administrativa coordenar e fornecer apoio técnico e administrativo à Subsecretaria Administrativa.

7.4.3. Coordenadoria de Contabilidade e Finanças

A Coordenadoria de Contabilidade e Finanças efetua o registro dos atos e fatos de natureza contábil, orçamentária, financeira e patrimonial ocorridos no âmbito do TCMSP, evidenciados por meio dos demonstrativos contábeis e de gestão fiscal, em observância aos Princípios de Contabilidade, à legislação de Direito Financeiro e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Núcleo de Tecnologia da Informação é responsável pela manutenção e gestão de todas as demandas referentes ao ambiente tecnológico do TCMSP, incluindo planejamento, soluções, sistemas, equipamentos, telefonia e serviços.

8.1. Unidade Técnica de Administração de Redes e Banco de Dados

Responsável pela sustentação do ambiente tecnológico e aquisição de novos equipamentos e tecnologias.

Destaca as seguintes atividades no período:

- Verificação diária, de forma remota, dos equipamentos do Datacenter-Servidores de acesso, links de telefonia, nobreaks, gerador, servidores de banco de dados, ar condicionado e demais equipamentos;
- Criação, controle e monitoramento de eventos corporativos por videoconferência;
- Implantação de novos equipamentos e tecnologia de redes Wi Fi, ampliando a capacidade de sinal para todas as dependências do TCMSP e da Escola de Gestão e Contas;
- Implantação de novos equipamentos concentradores de rede, ampliando a confiabilidade e velocidade de transmissão de dados, além da ampliação do monitoramento e segurança interna da rede;
- Implantação de novos servidores e repositórios de dados na arquitetura de hiperconvergência, ampliando consideravelmente a capacidade de processamento e armazenamento de dados, condição essencial para o desenvolvimento dos trabalhos internos de auditoria;

8.2. Unidade Técnica de Suporte ao Usuário

Responsável pelo suporte ao usuário, solucionando chamados técnicos relativos ao uso de nossos equipamentos, soluções e serviços.

Destaca as seguintes atividades no período:

- Abertura de chamados técnicos e orientação aos usuários;
- Acesso via VDI, VPN, Sistema E-TCM e certificado digital; Sistema de vídeo Conferência Teams , Zoom e Google Meeting;
- Sistemas Corporativos: ETCM, Groupwise (e-mail), Telefonia I.P., Aperfeiçoamento Contínuo, Átomo-Radar (Panorama, Sigma, Ábaco), SOF, Prodam, Controle Médico, TCM-RH;
- Alterações de layouts com implantação de cabeamento estruturado e conexões de rede;
- Suporte ao teletrabalho;
- Sincronização de ocorrências com a UTARBD, UTDS e Suporte e-TCM.

8.3. Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas

Responsável pelo desenvolvimento e manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas internos do TCMSP.

8.3.1. Relatórios Publicados

Durante o exercício a UTDS viabilizou a publicação de 75 (setenta e cinco) documentos relacionados à Resolução 05/2016, que dispõe sobre o acesso às informações dos processos em tramitação.

8.3.2. Capacidade de desenvolvimento de software

Ampliação da capacidade de desenvolvimento com a contratação de fábrica de software através de Ata de Registro de Preço para uso desenvolvimento do Sistema de Auditoria SISAUD e lapidação dos Requisitos do Portal do Jurisdicionado do Tribunal de Contas.

8.3.3. Principais projetos

8.3.3.1. Sistema de Processo Eletrônico - ETCM

Sistema recebeu inúmeras funcionalidades, assim como melhorias e evoluções tecnológicas, incluindo evolução de Componentes Visuais e de infraestrutura, como a atualização da Tecnologia na linguagem de programação.

8.3.3.2. Sistema Átomo

Composto por diversos Subsistemas que foram evoluídos funcionalmente, como o Panorama, Ábaco e o Radar. Foram necessários ajustes para adequação das necessidades pontuais das diversas áreas como também receberam investimentos para novas integrações como o Sistema de Auditoria, Portal do Jurisdicionado e Sistema UTAP.

8.3.3.3. Prefeitura de São Paulo – SEI e SIGPEC

A integração entre o SEI e SIGPEC e os Sistemas do Tribunal possibilitou a obtenção de informações de forma automatizada. A integração com o SEI ganhou novas funcionalidades como a busca de informações dos atos dos processos SEI.

8.3.3.4. Receita Federal – Base CPF

Integração com a base de dados da Receita Federal para obtenção de informações dos contribuintes. Foram implementadas as políticas da LGPD nos acessos.

9. CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna, vinculada ao Gabinete da Presidência, atua como Unidade de Controle Interno, nos termos da Resolução Atricon nº 04/14, e é responsável pela coordenação, orientação e avaliação do Sistema de Controle Interno.

9.1. Execução de Atividades por Tema

9.1.1. Monitoramento da Fruição de Férias

- Verificação da observância aos regulamentos que disciplinam a fruição de férias, com ciência das observações à Alta Direção.

9.1.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária e Financeira

- Acompanhamento da gestão orçamentária e financeira e verificação das Demonstrações Contábeis de 2021, com ciência das observações à Alta Direção.
- Verificação e assinatura dos demonstrativos quadrimestrais do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

9.1.3. Análise do Portal do Tribunal de Contas na Internet

- Identificação de deficiências e oportunidades de melhoria do Portal do Tribunal de Contas na Internet, com exame comparativo dos portais de outros Tribunais de Contas, e da observância à Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) e normas internas sobre divulgação de informações, com ciência das observações à Alta Direção.

9.1.4. Auxílio Saúde

- Planejamento para verificação da observância aos regulamentos que disciplinam o pagamento do auxílio saúde aos servidores ativos do TCM.

10. ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS – TCMSP

10.1. Coordenadoria I – Cursos de Extensão

Os cursos de extensão continuaram a serem oferecidos na modalidade online, com carga horária diversificada e disponibilidade de horários dos cursos em períodos distintos. A Coordenadoria está elaborando o planejamento para o retorno de cursos na modalidade presencial.

A flexibilização de inclusão dos participantes na turma e os critérios de preenchimento de vagas foram mantidos, desde que observado o regulamento da Escola para certificação (frequência de 75% das aulas do curso e nota mínima cinco).

Com foco nos servidores do Tribunal de Contas do Município de São Paulo permanece a parceria com as áreas internas e suas demandas. Foi ministrado um curso específico para capacitação dos servidores para utilização dos recursos da ferramenta Groupwise.

Ainda ocorreram outros dois outros cursos de turma fechada, para público de servidores específicos – Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo e Prefeitura Municipal de Jacareí – na temática Gestão e Contratos.

Neste primeiro trimestre de 2022 houve 1265 inscrições em 19 cursos, 3 para turmas fechadas e 16 para turmas abertas, conforme discriminado abaixo:

Quadro 10.1 Cursos e Inscrições Primeiro Trimestre 2022

Curso	Inscritos
A Competência constitucional e o processo administrativo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo	45
Análise de Projetos de Investimentos	45
Burocracia e Políticas Públicas	42
Caminhos da Razão: da antiguidade aos modernos	29
Constitucionalismo e Políticas Públicas: uma introdução	44

Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	48
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (turma 2)	130
Introdução à Filosofia do Direito moderna e contemporânea	48
Introdução ao Orçamento Público: conceitos, processo e funções orçamentárias	54
Licitação na Modalidade Pregão: Formação de Pregoeiro	153
Matemática Financeira	37
Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: inovações e impactos	294
O Ciclo de Políticas Públicas	53
Os Indicadores de qualidade da educação e a formulação da política educacional no Brasil	26
Planejamento e Gestão de Projetos em Contratação Pública	71
Resíduos Sólidos de Construção Civil: Reciclagem e Retorno Econômico	32
Saúde Pública: Planejamento com foco na regulação	52
Sistema de Gestão da Qualidade	35
Trilha de Capacitação em TI – Programa Micro Focus GroupWise 2018	27
Total	1265

Fonte: Própria

10.2. Coordenadoria II – Pós Graduação

Atualmente, a Coordenadoria conta com cinco turmas em curso nos programas de pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.

Três programas tiveram suas aulas concluídas entre o final de 2021 e o primeiro trimestre de 2022 e estão em processo de conclusão do curso, com apresentação de trabalhos conclusivos em forma de artigo para defesa em Banca, são eles:

Quadro 10.2 – Programas de pós-graduação em conclusão de curso

Curso	Turma	Vagas disponibilizadas	Carga Horária	Estudantes em conclusão de curso
Especialização em Direito Público Municipal	713-001	35	450 h	31
Especialização em Gestão e Controle Social das Políticas Públicas	714-001	35	450 h	28
Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado	715-002	35	180 h	23

Fonte: Própria

Outros dois programas de pós-graduação seguem em aulas e devem ser finalizados ainda em 2022. São eles:

Quadro 10.3 – Programas de pós-graduação com turmas em aula

Curso	Turma	Vagas disponibilizadas	Carga Horária	Estudantes matriculados nos cursos
Especialização em Direito Público Municipal	713-002	35	450 h	33
Especialização em Gestão e Controle Social das Políticas Públicas	714-002	35	450 h	33

Fonte: Própria

10.3. Coordenadoria III – Palestras e Eventos

A Coordenadoria desenvolveu as seguintes atividades (a) palestras, eventos e seminários; e (b) procedimentos para a contratação de cursos *in company*, voltados aos servidores do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Quadro 10.4 – Eventos, Palestras e Seminários - Sumário

Total de eventos	Número de Visualizações no You Tube
09 Eventos	3703 visualizações

Fonte: Youtube

Quadro 10.5 – Eventos, Palestras e Seminários - Especificado

Evento	Data	Número de Visualizações	Número de Inscritos no Moodle
Encontros Plurais – Edson Aparecido	31.01	156 visualizações	-
Tardes do Conhecimento (1º Encontro) “O controle externo na nova lei de licitações” Luiz Henrique Lima, Conselheiro Substituto do TCE-MT	03.02	456 visualizações	196
Como escrever artigos científicos Professores Ana Carla Bliacheriene e Luciano Vieira de Araújo	04.02	603 visualizações	146
Como escrever artigos científicos Professores Ana Carla Bliacheriene e Maria Hemília Fonseca	11.02	338 visualizações	111
O uso de jogos na Administração Pública Fernando Kleiman	17.02	252 visualizações	71
Seminário de Manutenção Preventiva e Corretiva de Obras de Arte Especiais (OAEs)	10.03	626 visualizações	98
Tardes do Conhecimento (2º Encontro) “A prescrição nos Tribunais de Contas” Ismar Viana (TCE/SE)	17.03	523 visualizações	142
Como melhorar sua saúde emocional?	22.03	324 visualizações	131
Nova Lei de Licitações Governança na NLLC Tatiana Camarão Mediação Christianne Stroppa	28.03	425 visualizações	194

Fonte: Própria

Quadro 10.6 – Cursos *in company*

Cursos in Company	
TC 14576/2021	Curso e Treinamento: “ Formação de Auditor Interno ISO 9001 ” Turma única – capacitação de 17 servidores Instituição contratada: Fundação Vanzolini
TC 14516/2021	Curso: “ Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos ” Quatro Turmas – capacitação de 200 servidores Instituição contratada: GVP Parcerias Governamentais
TC 5129/2021	Curso: “ Modelagem Jurídica para PPPs ” Turma único – sem previsão Data: sem previsão Instituição pretendida : RadarPPP Entrave : Instrutor indisponível

Fonte: Própria

10.4. Observatório de Políticas Públicas

O Observatório de Políticas Públicas (OPP) do TCMSP lançou os indicadores de Educação e Saúde na plataforma experimental <https://observatoriotcmsp.herokuapp.com>, e o GT Urbanismo reuniu-se para definir seus indicadores (<https://youtu.be/O6xBOWP-OhE>). Até o momento, o painel de indicadores está assim constituído:

Quadro 10.7 Painel de indicadores (mar/2022)

Educação	Saúde	Urbanismo
Ideb (2019)/ distrito, subprefeitura	Equipe mín. contratada (2020): horas cumpridas/ distrito, UBS	Mapa de <i>baseline 1</i> : valor do terreno (m2)
Escolas/ faixa de Idep (2019) EJA (2016-20) / gênero, raça, idade		Mapa de <i>baseline 2</i> : capacidade de suporte (Plano Diretor) - topologia dos sistemas social, ambiental e de infraestrutura (análises geoestatísticas)
Gasto (2020) /aluno/ distrito	Gasto (2020)/ pessoal Adm. Direta, UBS	Mapa do gasto em produção de habitação de interesse social 2004-20
Gasto absoluto (2020)/ distrito		Mapa-índice de equidade do gasto com infraestrutura (Programa de Metas, PPA)
Tx. Abandono (2012-20)/ distrito	Gasto (2020) com remuneração bruta/ distrito, UBS	Mapa do gasto anual com zeladoria urbana/ subprefeitura: orçado, liquidado, ponderado por área, população, IDHM, IPVS.
Universalização pré-escola (2010-20)		Indicadores ODS 11 do IEA-USP/ Cidades Globais (http://www.iea.usp.br/eventos/eventos-s-procedimentos-e-normas/materiais-de-referencia/guia-para-cidades-sustentaveis-eleicoes-2020-4/)

Fonte: Própria

A partir de maio de 2022, o OPP passará à gestão direta da Presidência do TCMSP sob a Coordenação do Exmo. Conselheiro Maurício Faria e não constará mais nos futuros relatórios trimestrais de atividades da EGC.

10.5. Revista Simetria

O início da gestão editorial por meio do sistema *Open Journal System* (OJS) foi um marco para a Revista Simetria no primeiro trimestre de 2022. Nesse período foram submetidos 12 (doze) artigos, foram cadastrados 21 (vinte e um) avaliadores doutores, e foram migrados para o OJS os 79 (setenta e nove) artigos das 8 (oito) edições anteriores, para que fossem alcançados pela indexação científica. Abaixo seguem indicadores de tendência gerados pelo sistema no primeiro trimestre de 2022:

Quadro 10.8 Indicadores de tendência editorial

Atividade editorial	Qtd.
Submissões recebidas	12
Dias para a primeira decisão editorial	18
Taxa de aceitação	90%
Taxa de rejeição	10%

Fonte: Documento interno disponível em <https://revista.tcm.sp.gov.br/simetria/stats/editorial/editorial> acesso em 18.05.2022.

10.6. Grupos de Trabalho

Foram constituídos grupos de trabalho para a elaboração do Planejamento Estratégico e do Projeto Político Pedagógico da EGC.

10.6.1. Grupo de Trabalho do Planejamento Estratégico

Dando-se cumprimento ao Memorando Direção EGC nº 01/2022, que instituiu Grupo de Trabalho para o desenvolvimento de uma proposta à implantação do Planejamento 2022/2023 da Escola de Gestão e Contas, e considerando a adoção do modelo metodológico de diagnóstico situacional, em 17.05.2022 foram

concluídas e entregues as declarações de escopo e de recursos humanos, materiais e financeiros, assim como as análises *swot* (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) e os mapeamentos prévios de riscos de 15 (quinze) projetos em estudo, que contaram com três pesquisas basilares: uma voltada à coleta de dados sobre eventual memória histórica à institucionalização de planejamentos anteriores na EGC; outra referenciada em considerar a aderência dos seus trabalhos com todas as considerações e iniciativas constantes dos Planos Estratégico e Setorial do TCMSP; e a última dirigida ao estímulo do diálogo e da integração contributiva de todos(as) os(as) servidores da EGC aos projetos em estudo.

10.6.2 Grupo de Trabalho do Projeto Político Pedagógico

O Grupo de Trabalho para o desenvolvimento da minuta de resolução do Projeto Político Pedagógico da EGC – foi instituído no dia 18.03.22 através do Memorando Direção EGC nº 02/2022.

Foram realizadas reuniões de planejamento para a metodologia de construção do PPP, que integra o Plano Anual 2022 do Planejamento Estratégico 2020-2023 do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. O andamento do projeto pode ser acompanhado através do eTCM 7289/2022.

10.7. Obras no espaço físico

Planejamento da reforma de readequação física do layout do primeiro andar da sede da EGC. A reforma iniciou-se em meados de abril de 2022.

10.8. Retorno das Atividades Presenciais

Os servidores retornaram às atividades presenciais na EGC a partir do dia 07.03.22, em virtude da finalização do teletrabalho emergencial, instituído em função da pandemia de Covid-19.

ANEXO I - TCMSP EM NÚMEROS (1º Trimestre 2022)

	TOTAL
Processos de Fiscalização Autuados	123
Auditorias	23
Acompanhamentos	23
Representações	39
Análises	12
Inspeções	11
Outros (ex: Petição, Consulta etc)	15
Processos de Fiscalização Julgados	190
Auditorias	16
Acompanhamentos	42
Representações	28
Análises	55
Inspeções	14
Outros (ex: Petição, Consulta etc)	35
Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle Externo* (em R\$)	36.355.276
Benefício Efetivo (Durante a ação de controle)	0
Proposta de Benefício Potencial	36.355.276
Sanções Impostas (em R\$)	881
Fiscalizações Concluídas	116
Auditorias	19
Relatórios Anuais de Fiscalização	0
Acompanhamentos	40
Representações	30
Análises (exceto pensões e aposentadorias)	13
Inspeções	14
Outros (ex: Petição, Consulta etc)	0
Atos de Pessoal Apreciados	1.272
Peças Processuais Publicadas (atendimento à Resolução 05/2016)	75
Mesas Técnicas Realizadas	6

Observação: O montante apurado na linha dos Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle Externo é preliminar, pois contempla apenas as principais fiscalizações realizadas pelas Coordenadorias da SFC.

ANEXO II - ÓRGÃOS JURISICIONADOS TCMSP (1º Trimestre 2022)

Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	SP Regula	Autarquia	Eduardo Tuma
Agência São Paulo de Desenvolvimento	ADESAMPA	Fundação Privada	Domingos Dissei
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	AMLURB	Autarquia	Roberto Braguim
Câmara Municipal de São Paulo	CMSP	Legislativo	Domingos Dissei
Casa Civil	CCivil	Secretaria Especial	Maurício Faria
Companhia de Engenharia de Tráfego	CET	Soc. de Economia Mista	Domingos Dissei
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	COHABSP	Soc. de Economia Mista	Domingos Dissei
Companhia Paulistana de Securitização	SPSEC	Soc. de Economia Mista	Eduardo Tuma
Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	SPDA	Soc. de Economia Mista	Eduardo Tuma
Controladoria Geral do Município	CGM	Executivo	Roberto Braguim
Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.	SPCINE	Soc. de Economia Mista	Eduardo Tuma
Empresa Tecnologia Inform. Comun. do Mun.S.Paulo -PRODAM-SP S/A	PRODAMSP	Soc. de Economia Mista	Maurício Faria
Encargos Gerais do Município	EGM	Executivo	Roberto Braguim
Fundação Museu da Tecnologia de São Paulo	FMTSP	Fundação Privada	Maurício Faria
Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	FUNDATEC	Fundação Pública	Domingos Dissei
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	FTMSP	Fundação Pública	Eduardo Tuma
Fundo de Desenvolvimento Urbano	FUNDURB	Fundo	Domingos Dissei
Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Área do Projeto Luz	FUNPATRI	Fundo	Eduardo Tuma
Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	FUNCAP	Fundo	Eduardo Tuma

Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	FECAM	Fundo	Domingos Dissei
Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo	FETCMSP	Fundo	Maurício Faria
Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	FEPAC	Fundo	Eduardo Tuma
Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	FEMA	Fundo	Domingos Dissei
Fundo Financeiro	FUNFIN	Fundo	Sem definição*
Fundo Municipal da Saúde	FMS	Fundo	Eduardo Tuma
Fundo Municipal de Assistência Social	FMAS	Fundo	Roberto Braguim
Fundo Municipal de Cultura	FMC	Fundo	Eduardo Tuma
Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	FMDC	Fundo	Roberto Braguim
Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	FMDT	Fundo	Domingos Dissei
Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	FMD	Fundo	Eduardo Tuma
Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	FMESP	Fundo	Domingos Dissei
Fundo Municipal de Habitação	FMH	Fundo	Domingos Dissei
Fundo Municipal de Iluminação Pública	FUNDIP	Fundo	Maurício Faria
Fundo Municipal de Inclusão Digital	FUMID	Fundo	Maurício Faria
Fundo Municipal de Limpeza Urbana	FMLU	Fundo	Roberto Braguim
Fundo Municipal de Parques	FMP	Fundo	Domingos Dissei
Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	FMSAI	Fundo	Domingos Dissei
Fundo Municipal de Turismo	FUTUR	Fundo	Domingos Dissei
Fundo Municipal do Idoso	FMI	Fundo	Roberto Braguim
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	FUMCAD	Fundo	Roberto Braguim
Fundo Previdenciário	FUNPREV	Fundo	Sem definição*
Hospital do Servidor Público Municipal	HSPM	Autarquia	Eduardo Tuma
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	IPREM	Autarquia	Eduardo Tuma

Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
Prefeitura do Município de São Paulo	PMSP	Executivo	Roberto Braguim
Procuradoria Geral do Município	PGM	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
São Paulo Investimentos e Negócios	SPIN	Soc. de Economia Mista	Eduardo Tuma
São Paulo Obras	SPObras	Empresa Pública	Eduardo Tuma
São Paulo Parcerias S.A	SP Parcerias	Soc. de Economia Mista	Eduardo Tuma
São Paulo Transporte S/A	SPTrans	Soc. de Economia Mista	Domingos Disseí
São Paulo Turismo	SPTuris	Soc. de Economia Mista	Maurício Faria
São Paulo Urbanismo	SPUrbanismo	Empresa Pública	Domingos Disseí
Secretaria do Governo Municipal	SGM	Secretaria Municipal	Maurício Faria
Secretaria Municipal da Fazenda	SF	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	SMPED	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Secretaria Municipal da Saúde	SMS	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
Secretaria Municipal das Subprefeituras	SMSUB	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	SMADS	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Secretaria Municipal de Cultura	SMC	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo	SMDET	Secretaria Municipal	Domingos Disseí
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	SMDHC	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Secretaria Municipal de Educação	SME	Secretaria Municipal	Maurício Faria
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	SEME	Secretaria Municipal	Domingos Disseí
Secretaria Municipal de Gestão	SG	Secretaria Municipal	Maurício Faria
Secretaria Municipal de Habitação	SEHAB	Secretaria Municipal	Domingos Disseí
Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	SIURB	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	SMIT	Secretaria Municipal	Maurício Faria
Secretaria Municipal de Justiça	SMJ	Secretaria Municipal	Roberto Braguim

Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	SMT	Secretaria Municipal	Domingos Dissei
Secretaria Municipal de Relações Internacionais	SMRI	Secretaria Municipal	Domingos Dissei
Secretaria Municipal de Segurança Urbana	SMSU	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	SMUL	Secretaria Municipal	Domingos Dissei
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SVMA	Secretaria Municipal	Domingos Dissei
Secretário Especial de Comunicação	SECOM	Secretaria Especial	Roberto Braguim
Secretário Especial de Relações Sociais	SERS	Secretaria Especial	Maurício Faria
Serviço Funerário do Município de São Paulo	SFMSP	Autarquia	Eduardo Tuma
Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	SUB-AF	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Butantã	SUB-BT	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Campo Limpo	SUB-CL	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Capela do Socorro	SUB-CS	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	SUB-CV	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Cidade Ademar	SUB-AD	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Cidade Tiradentes	SUB-CT	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	SUB-EM	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	SUB-FB	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Guaianases	SUB-G	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Ipiranga	SUB-IP	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Itaim Paulista	SUB-IT	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Itaquera	SUB-IQ	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Jabaquara	SUB-JA	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	SUB-JT	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Lapa	SUB-LA	Secretaria Municipal	Roberto Braguim

Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
Subprefeitura M'Boi Mirim	SUB-MB	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Mooca	SUB-MO	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Parelheiros	SUB-PA	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Penha	SUB-PE	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Perus/Anhanguera	SUB-PR	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Pinheiros	SUB-PI	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	SUB-PJ	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	SUB-ST	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Santo Amaro	SUB-SA	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura São Mateus	SUB-SM	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura São Miguel Paulista	SUB-MP	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Sapopemba	SUB-SB	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Sé	SUB-SE	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	SUB-MG	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Vila Mariana	SUB-VM	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Subprefeitura Vila Prudente	SUB-VP	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	TCMSP	Legislativo	Maurício Faria

Obs.: As relatorias dos novos fundos (FUNFIN e FUNPREV) ainda não foram definidas.